Certificado digitalmente por:
LUIZ CEZAR NICOLAU



Tribunal de Justiça
ASSINADO DIGITALMENTE
Estado do Paraná

SEI nº 0032954-62.2019.8.16.6000

| ATA DE CORREIÇÃO-GERAL ORDINÁRIA |
|---|
| **ORDEM DE SERVIÇO Nº 31/2019** |
| **COMARCA: SENGÉS** |
| **SERVENTIA: REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS** |
| **DATA: 26/04/2019** |
| **EQUIPE CORRECIONAL DO FORO EXTRAJUDICIAL** |
| **CORREGEDOR DA JUSTIÇA DES. LUIZ CEZAR NICOLAU** |
| **JUÍZA AUXILIAR:**<br>**- Dra. Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa** |
| **ASSESSORES CORRECIONAIS:**<br>**- Carlo Sugamosto Filho**<br>**- Humberto Scussel**<br>**- Mônica Alves Braunert**<br>**- Rodrigo Becker de Araújo** |
| **JUIZ DE DIREITO CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA** |
| **Dr. MARCELO QUENTIN** |
| **AGENTE DELEGADA** |
| **Nome: Viviane Ferreira de Souza** |
| **Portaria n.º 13/2018** |

## DADOS CADASTRAIS

Dados enviados pela Sra. Agente Delegada:

| |
|---|
| Titular: Viviane Ferreira de Souza<br>Escolaridade: Pós-Graduada<br>Data de Nascimento: 21/03/1981. Decreto Judiciário Portaria nº 13/2017 |
| Escrevente(s) Substituto(s): Mylenna de Oliveira Rodrigues<br>Escolaridade: Superior Completo<br>Data de Nascimento: 24/07/1996. Portaria nº 10/2019, desde 10/04/2019 |
| Escrevente(s) indicado(s): Mateus Claudino<br>Escolaridade: Ensino Médio Completo<br>Data de Nascimento: 07/10/2000. Portaria nº 35/2018, desde 08/11/2018 |
| Empregados (CLT): Vania Moraes Furtado |
| Nome dos Juízes de Paz:<br>Titular Dalvania Jariane Miranda Decreto nº 708/2018, desde 15/10/2018,<br>1º.Suplente Darcirio Jorge Santos Decreto nº 022/2002, desde 28/01/2002 |
| Endereço do Cartório:<br>Avenida/Rua: Dr. Xavier da Silva, nº 19<br>Bairro: Centro<br>Cidade: Sengés/PR<br>CEP.: 84220-000<br>Telefone(s): (43) 3567-3190<br>E-mail: registrocivilsenges@yahoo.com<br>Login do sistema mensageiro: 89199685191<br>O ofício funciona dentro do prédio do fórum?: ☐ sim X não<br>O ofício funciona acumulado a algum outro cartório?<br>☐ sim X não.<br>Qual?<br>Número do Cadastro no CNPJ: 78.604.121/0001-30 |

## DADOS ESTRUTURAIS

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **A.** A serventia está identificada como **Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas,** sendo vedada a adoção do nome fantasia, podendo constar, em menor destaque, abaixo da identificação, o nome do agente delegado e suas atribuições (**CN, art. 53**)? | | | |
| **B.** O ato que indica os escreventes e substitutos e os autoriza a subscrever atos do serviço está afixado na | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Serventia, em local que possibilite ampla divulgação (**CN, art. 56, § 2º**)? | | | |
| **C.** O notário ou registrador informa mensalmente ao juiz corregedor do foro extrajudicial os atos praticados pelo substituto legal, nos casos de impedimento do titular (**CN**, **art. 9º**)? | | | |
| **D.** A serventia possui página (*homepage*) na internet? Em caso positivo, ela atende ao disposto no **CN, art. 6º, §1º?** | | Não se aplica | |
| **E.** O espaço físico da serventia é condizente com a relevância dos serviços prestados e observa a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (**CN, art. 53 e Recomendação nº 27 do CNJ**)? | | | |
| **F.** A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no *caput* do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (**CN, art. 54**)? | | | |
| **G.** Afixa na serventia aviso sobre a obrigatoriedade de plantão de óbito, informando telefone e nome do funcionário responsável, nos termos do **art. 308 do CN**? | | | |
| **H.** As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC, FUNREJUS, aviso de prazo máximo para | Em termos | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| expedição de certidões (24hrs) e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (**CN, art. 10, inc. IX e art. 39**)? | | | |
| **I.** Observa a gratuidade da celebração de casamentos nos casos de pessoas reconhecidamente pobres em conformidade com o previsto no **Ofício Circular nº 03/2010 e no art. 104 do CN**? | | | |
| **J.** A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas, **art. 10, IV do CN**? | | | |
| **K.** A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (**CN, art. 10, IV**)? | | | |
| **L.** A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (**CN, art. 10, X**)? | | | |
| **M.** A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo, bem como tais arquivos seguem o padrão estabelecido no **art. 26. II, do CN**? (**CN, art. 10, II**)? | Em termos | | |
| **N.** As irregularidades encontradas na correição anterior foram sanadas? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |

| | |
|---|---|
| **B. Não há indicação afixada das portarias de nomeação dos escreventes. Regularizar.**<br>**H. Não há indicação da expedição de certidão em 24 horas afixada na Serventia. Regularizar.**<br>**M. Realiza o back-up diário em nuvem e em HD externo, em servidores diferentes e espelhados.**<br>**A digitalização do acervo iniciou-se em 2016. Orientou-se sobre a necessidade de digitalização integral do acervo referente ao Registro Civil e a partir de 1980 do Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, bem como dos Tabelionatos de Notas e Protesto. Deverá apresentar cronograma de digitalização ao Juiz Corregedor Local, que não deverá ultrapassar 06 (seis) meses.**<br>**N. Itens 1.7, 19.4, 24.2, 32.3 e 32.4. Justificar a reiteração e regularizar doravante.** | |

## COMUNICADO DE ARRECADAÇÃO BRUTA SEMESTRAL AO CNJ

► Segundo semestre de 2018 – **PENDENTE .**

Valores referentes ao Registro Civil de Pessoas Naturais e ao Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

## PARTE GERAL

## LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS
## (CN, art. 19 e Ofício Circular n. 164/2013)

**1** Em uso o livro nº **002**. Utilizado também para o Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **1.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **1.2** Ao final de cada mês lança quadro resumo, indicando a receita e a despesa total do período, com indicação expressa do saldo líquido alcançado, sem transportá-lo para o mês seguinte. E no caso de Serviços cumulados precariamente, adota livro específico, por Serviço? (**CN, art. 19, § 3º**) | | | |
| **1.3** Os livros apresentam escrituração diária e detalhada das receitas e das despesas da Serventia, sendo lançadas separadamente, devidamente identificadas pelo livro e folha em que o ato foi praticado, as receitas oriundas da prestação dos serviços. As demais receitas, tais como, reconhecimento de firma, autenticação, 2ª Via, certidões e traslados, serão discriminados pela quantidade desses atos, diariamente? (**CNJ, Provimento 45/2015, art. 6º e CN, art. 19, § 4º**) | | | |
| **1.4** Os lançamentos compreendem apenas os emolumentos percebidos como receita do notário e | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| registrador, ou recebidos pelo responsável por unidade vaga, pelos atos praticados de acordo com a lei e com a tabela de emolumentos? (**CNJ, Provimento 45/2015)** | | | |
| **1.5** São lançadas somente as despesas diretamente relacionadas ao serviço, não cabendo, ao reverso, o registro de despesas de caráter pessoal, de doações, ou de outras que intrinsicamente não se refiram ao serviço ou ao seu funcionamento, ou de caráter facultativo (p. ex. contribuição em razão de associação voluntária do tabelião a entidade de classe, associação ou contratação de profissional para tratar de assunto particular e CPC), sendo permitida a despesa efetuada com imposto sindical, de acordo com o Ofício Circular nº 59/2014? (**CN, art. 19, § 2º**)<br>p. ex. ANOREG. | | | |
| **1.6** Anualmente ao final de cada exercício é feito o balanço anual da unidade do serviço extrajudicial com indicação da receita, da despesa e do liquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período, sendo encaminhado, até o 10 decimo dia útil do mês de fevereiro para visto da autoridade judiciaria competente, para glosas necessárias e eventual diligencias pertinentes? (**CNJ, Provimento 45/2015, art. 10)** | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **1.7** Efetuou o recolhimento ao **FUNSEG** (Fundo Estadual de Segurança aos Magistrados – Lei Estadual nº 17.838/13 e Decreto Judiciário nº 205/2014) no percentual de 0,2% sobre o valor da arrecadação bruta do serviço delegado, bem como, lança a despesa no livro? | Em termos | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **No livro de Receitas e Despesas constatou-se que o último mês apresentado refere-se à fevereiro/2019. O escrevente justificou que o mês de março/19 não teria voltado do Contador. Regularizar para que não haja demora no retorno do livro anterior.**<br>**1.6 – Foi constatada o lançamento de despesas no livro sem a discriminação da despesa, ainda, não lança os salários discriminados dos funcionários e a despesa paga do FUNSEG. Deverá lançar discriminadamente as despesas no livro e os pagamentos dos funcionários e FUNSEG. Observar doravante.**<br>**Diante da acumulação do Tabelionato de Notas, Tabelionato de Protesto de Títulos e Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Serviço de Registro de Títulos e Documentos, e a utilização do mesmo espaço, materiais de consumo e força de trabalho, as despesas deverão ser lançadas de forma proporcional para cada serventia, sendo proibido o lançamento das despesas exclusivamente nas serventias em que a Agente Delegada é responsável interinamente. REGULARIZAR.**<br>**1.7 – Não apresentou as guias de recolhimento dos meses de fevereiro, março e abril de 2019. Apresentar ao Juiz Corregedor Local e regularizar doravante.** | | | |

| | |
|---|---|
| **Não consta divergência entre os valores apresentados no Sistema Hércules e aqueles constantes no livro de receitas e despesas.** | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

O Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) fixou critérios objetivos na avaliação das despesas passíveis de dedução, os quais deverão nortear o preenchimento do livro de receitas e despesas.

**I.** Despesas dedutíveis:

a. locação de bens móveis e imóveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e restante do acervo da serventia;

b. contratação de obras e serviços para a conservação, ampliação ou melhoria dos prédios utilizados para a prestação do serviço público;

c. contratação de serviços, os terceirizados inclusive, de limpeza e de segurança;

d. aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;

e. aquisição ou locação de equipamentos (hardware), de programas (software) e de serviços de informática, incluídos os de manutenção prestados de forma terceirizada;

f. formação e manutenção de arquivo de segurança;

g. aquisição de materiais utilizados na prestação do serviço, incluídos os utilizados para a manutenção das instalações da serventia;

h. plano individual ou coletivo de assistência médica e odontológica contratado com entidade privada de saúde em favor dos prepostos e seus dependentes legais, assim como do titular da delegação e seus dependentes legais, caso se trate de plano coletivo em que também incluídos os prepostos do delegatário;

i. despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual;

j. custeio de cursos de aperfeiçoamento técnico ou formação jurídica fornecidos aos prepostos ou em que regularmente inscrito o titular da delegação, desde que voltados exclusivamente ao aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, ou, em relação aos prepostos, à melhoria dos conhecimentos em sua área de atuação;

k. o valor que for recolhido a título de Imposto Sobre Serviço - ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial, quando incidente sobre os emolumentos percebidos pelo delegatário;

l. o valor de despesas com assessoria jurídica para a prestação do serviço extrajudicial;

m. o valor de despesas com assessoria de engenharia para a regularização fundiária e a retificação de registro.

Ao **responsável interinamente por delegação vaga** é defeso contratar novos prepostos, aumentar salários dos prepostos já existentes na unidade, ou contratar novas locações de bens móveis ou imóveis, de equipamentos ou de serviços, que possam onerar a renda da unidade vaga de modo continuado, sem a prévia autorização do Tribunal a que estiver afeta a unidade do serviço.

**II.** considera-se como dia da prática do ato o da lavratura e encerramento do ato notarial, para o serviço de notas; o do registro, para os serviços de

registros de imóveis, títulos e documentos e civil de pessoa jurídica; o do registro, para os atos não compensáveis do Registro Civil das Pessoas Naturais, e para seus atos gratuitos, o do momento do recebimento do pagamento efetuado por fundo de reembolso de atos gratuitos e fundo de renda mínima. (**Prov. 45 CNJ, art. 6º, § 1º**)

**III.** Os documentos referentes à regularidade das contribuições fiscais e previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos, os contratos de trabalho e quaisquer outros pertinentes ao serviço, devem ser **mantidos em pasta própria** à disposição permanente do Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, a ele apresentado extrato circunstanciado do movimento da serventia, com a indicação da receita bruta proveniente, das despesas e da receita líquida, sempre que solicitado (**Prov. 45 CNJ, art. 8, Parágrafo Único e CN, art. 21**).

**IV.** É vedada a prática de cobrança parcial (desconto) ou de não cobrança de emolumentos, e ainda, ressalvadas as hipóteses de isenção, não incidência ou diferimento previstas na legislação específica (**Prov. 45 CNJ, art. 7º).**

**V.** É vedada aos agentes delegados a realização de qualquer trabalho que não seja peculiar às suas atribuições e ao ato que estiverem praticando, ficando terminantemente proibida a confecção de instrumentos particulares. (**CN, art. 7º).**

**VI.** Ao final de cada exercício, deverá será feito o balanço anual da unidade de serviço extrajudicial, com a indicação da receita, da despesa e do líquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período. Até o décimo dia útil do mês de fevereiro, o Livro Diário Auxiliar será visado pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente (Prov. 45 CNJ, arts. 10 e 11).

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO DE SELOS

**2.** Em uso o arquivo nº **002**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **2.1** Encaminha, através do sistema *mensageiro,* os arquivos de comunicação para registro na Corregedoria do Foro Extrajudicial até o 10º (décimo) dia de cada mês, nos termos do parágrafo único do art. 37 do Código de Normas? | | | |
| **2.2** Mantém o comprovante de envio pelo Sistema Mensageiro impresso, ou arquivado em pasta informatizada**?** | Em termos | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **2.2 – Constatou-se a ausência do envio pelo Sistema Mensageiro dos selos de março/2019. Regularizar e observar doravante.** | | | |

**2.3** Último comunicado enviado ao Juiz referente ao mês de **março** de 2019.

**2.4** Quantidade de selos utilizados no último mês: **143.**

## DADOS FORNECIDOS PELO FUNARPEN

| Ano: 2016 | | Ano: 2017 | |
|---|---|---|---|
| **Tipo de Selo** | **Quantidade** | **Tipo de Selo** | **Quantidade** |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 250 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 300 |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 1550 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 1450 |
| Selo Digital do Registro de Imóveis | 2350 | Selo Digital do Registro de Imóveis | 2750 |
| Selo Digital do Registro de Imóveis - REEMBOLSO | 0 | Selo Digital do Registro de Imóveis - REEMBOLSO | 0 |
| Selo Digital de Titulos e Documentos | 200 | Selo Digital de Titulos e Documentos | 200 |

| Ano: 2018 | | Ano: 2019 | |
|---|---|---|---|
| **Tipo de Selo** | **Quantidade** | **Tipo de Selo** | **Quantidade** |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 400 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 50 |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 1800 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 400 |
| Selo Digital do Registro de Imóveis | 2550 | Selo Digital do Registro de Imóveis | 0 |
| Selo Digital do Registro de Imóveis - REEMBOLSO | 100 | Selo Digital do Registro de Imóveis - REEMBOLSO | 0 |
| Selo Digital de Titulos e Documentos | 150 | Selo Digital de Titulos e Documentos | 50 |

## LIVRO PROTOCOLO GERAL
## (CN, art. 87, inciso II e Adendo 1-A)

**3.** Em uso o livro nº **002**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **3.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **3.2** O livro é informatizado? | | | |
| **3.3** A escrituração é diária obedecendo à ordem cronológica de lançamentos dos atos registrais lavrados pela serventia? | | | |
| **3.4** Constam os nomes de todas as partes integrantes do ato? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

Tribunal de Justiça
ASSINADO DIGITALMENTE
Estado do Paraná

**LIVRO DE VISITAS E CORREIÇÕES**
**Provimento nº 45/2015 - CNJ**

**4.** Em uso o livro nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **4.1** O livro está registrado na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**Modelo**

| Data | Natureza da Visita | Autoridade Judiciária | Assinatura da Autoridade Judiciária | Ciente do Agente Delegado |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

**Finalidade**: Este livro é destinado ao registro das visitas e correições e será escriturado pelas autoridades judiciárias fiscalizadoras.

**Natureza da Visita**: deverá ser registrada a natureza do ato de fiscalização: inspeção, correição ordinária ou extraordinária.

**Assinatura da Autoridade**: o Corregedor da Justiça, Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ou Assessor Correcional é que poderão escriturar o livro.

**Ciente do Agente Delegado**: o Agente Delegado titular ou designado para responder interinamente à serventia deverão dar seu ciente.

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**Deverão ser mantidas em arquivo próprio os relatórios e atas das correições e inspeções, certidões de regularidade emitidas pelo Agente Delegado e relatórios circunstanciados emitido pelo Juiz Corregedor do Foro extrajudicial da Comarca, para fins correcionais.**

## REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

| Ano | Nascimentos | Casamentos | Óbitos | Livro "E" | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 2016 | 1568 | 1332 | 166 | 7 | 3073 |
| 2017 | 1556 | 1147 | 167 | 7 | 2877 |
| **2018** | 1695 | 1583 | 271 | 31 | 3580 |
| 2019 | 457 | 255 | 113 | 10 | 835 |
| **Total** | **5276** | **4317** | **717** | **55** | |

## LIVRO DE REGISTRO DE NASCIMENTO
## (CN, art. 87, inciso III)

**5.** Em uso o livro nº **048**.

**- AMOSTRAGEM:**

Analisados os assentos nº **14.793** e nº **14.971**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **5.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **5.2** O livro em uso possui escrituração informatizada? | | | |
| **5.3** Consta no assento número de ordem crescente, seguindo ao infinito, de forma cronológica com suas declarações, apresentando o número do protocolo geral, conforme **art. 94 do CN**? | | | |
| **5.4** Consigna no corpo do ato a isenção de emolumentos para os registros de nascimento, assim como a primeira certidão destes atos, em conformidade com o **artigo 103 do CN**? | | | |
| **5.5** Todos os assentos de nascimento contém a idade da mãe, em anos completos, **na ocasião do parto (art. 168, V do CN)?** | | | |
| **5.6** O fato do registrando ser gêmeo consta expressamente na lavratura dos assentos, inclusive com a ordem de nascimento (**arts. 168, III, 231 e 232 do CN**)? | | Sem atos para amostragem | |
| **5.7** Insere o número do CPF da criança no momento da lavratura do nascimento, nos termos do **Ofício Circular** | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **nº 21/2016 e art. 168, IV do CN,** ou realiza averbação posterior? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **No Assento de Nascimento sob nº 14.917, livro A-048, fls. 210, a idade da mãe na ocasião do parto constou como 12 (doze) anos de idade. No entanto, observando a DNV da recém-nascida verificou-se que a mãe possuía 31 (trinta e um) anos no momento do parto. Assim, deve realizar a retificação do assento de nascimento, para constar a idade correta da mãe.**<br>**Além disso, em conversa com o Escrevente constatou-se que não são realizadas as comunicações ao Ministério Público no caso de mães menores de 14 anos. Orientou-se a importância da prestação de tal informação ao Ministério Público.** | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a) No caso de dúvida quanto à legitimidade ou clareza das informações lançadas na declaração, poderá o registrador realizar diligências para averiguação, como, por exemplo, promover visita à residência do recém-nascido (conforme previsão do artigo 52, parágrafo 1º da Lei de Registros Públicos e art. 167 do CN);**

**b) Nas Hipóteses de adoção é limitada a publicidade do ato (informações na certidão emitida), nos termos do que dispõem a Lei de Registros Públicos, a Lei nº 8.560/92 e o Código Civil;**

**c) Observar o disposto no art. 103 do CN que prevê a gratuidade dos registros de nascimento e de óbito para todas as pessoas, assim como a primeira certidão emitida desses atos.**

## ARQUIVO DE DNV – Declaração de Nascido Vivo (CN, art. 87, inciso XIV)

**6.** Em uso o arquivo nº **030**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **6.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **6.2** O arquivo é organizado seguindo a ordem dos registros? | | | |
| **6.3** A serventia observa que o registro de nascimento está sujeito ao princípio da territorialidade (**art. 164 do CN**), de modo que somente efetua o registro dos nascimentos ocorridos nos limites territoriais do serviço ou se dentro desses limites residirem os genitores? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a) Verificar se a DNV está completa e regularmente preenchida, conforme exigência do modelo oficial instituído, exigindo os esclarecimentos necessários em caso de omissão, ressalva ou borrões**

**b) Quando constar da DNV residência e local da ocorrência diverso da comarca, anexar o comprovante de residência;**

**c) O Registrador não está vinculado ao nome declarado na DNV, visto que o momento para escolha do nome é o do registro;**

**d) Sobre a DNV, observar o disposto no artigo 54, parágrafos 1º e 2º da Lei de Registros Públicos.**

## ARQUIVO DE TERMOS DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE
## (CN, art. 87, X e art. 226)

**7.** Em uso o arquivo nº **004**.

**- AMOSTRAGEM:**

Analisados os assentos nº **14.912** e nº **14.905**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **7.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **7.2** Os termos de alegação de paternidade adotam os modelos 3 e 4 do CN, atualizados pelo **Provimento n.º 259**? (Cumprimento dos requisitos contidos no inciso I do art. 228 do CN – atendimento ao Ofício-circular 5/2015 CGJ) | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **7.3** Nos atos analisados por amostragem, há correspondência entre os assentos de nascimento sem indicação do pai e os termos de alegações de paternidade? | | | |
| **7.4** Os termos de alegação de paternidade negativos e positivos são encaminhados ao Distribuidor, nos termos do **art. 227, § 1º do CN**, através do *sistema mensageiro*? | Em termos | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **7.4 – O Termo de Alegação de Paternidade sob nº 332, assento de nascimento 14.905 foi comunicado pelo Sistema Mensageiro em 18/03/19, porém não estava impresso ou arquivado em pasta própria fora do Sistema Mensageiro do escrevente da Serventia. Regularizar para que todos os comunicados sejam impressos ou salvos em pasta própria informatizada.** | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

O Registrador, dando máxima efetividade ao direito de a criança em ter a paternidade reconhecida, visando melhor instrumentalizar o procedimento de "averiguação oficiosa" e, ainda, dando atendimento ao contido no Provimento nº 12, de 06.08.2010 do Conselho Nacional de Justiça, deverá esclarecer às genitoras, quando das futuras tomadas das declarações, as consequências em não indicar o nome do suposto pai, dentre elas, a responsabilização financeira, educacional e social e o prejuízo ao exercício do direito de sua prole em buscar a sua identidade genética.

## ARQUIVO DE TERMOS DE RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE FILHO (CN, art. 87, XI; e Provimento 16/12 do CNJ)

**8.** Em uso o arquivo nº **002**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **8.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **8.2** Utiliza a pasta para arquivar os procedimentos de reconhecimento espontâneo de filho realizado na própria serventia, em conformidade com o contido no **Provimento nº 16/2012**? | | | |
| **8.3** Utiliza como instrumento particular o modelo de termo de reconhecimento de filho do **Provimento nº 16/2012** (Anexo II)? | | | |
| **8.4** Foi lançado no procedimento, a anuência da mãe do filho menor de idade ou a assinatura do filho com 18 anos ou mais, nos termos do **art. 186 do CN**? | | | |
| **8.5** Consta fotocópia do documento de identificação das partes, conforme **parágrafo 1º, do artigo 8º do Provimento nº 16/2012**? | | | |
| **8.6** Observa igualmente o disposto no **Provimento 63/2017** quanto ao reconhecimento socioafetivo? | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **8.7** Consta fotocópia do documento de identificação do requerente e o termo assinado, **art. 11, § 2º**, do Provimento 63/2017? | | | |
| **8.8** No caso de filho maior de doze anos consta seu consentimento no termo de reconhecimento, em conformidade com o **art. 11, § 4º**, do Provimento 63/2017? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

O Registrador, para melhor instruir o procedimento e visando colher o máximo de informações disponíveis, deverá adotar medidas no intuito da comprovação dos laços de socioafetividade a fim de inibir atos que estejam desvirtuados da realidade. Assim, como exemplo, sugere-se o seguinte questionário:

GENITOR(A) SOCIOAFETIVO(A)

1 – Desde quando passou a conviver com o(a) reconhecido(a)?

2 – Conhece o pai(mãe) biológico(a)?

3 – Possui filhos biológicos? Qual o relacionamento deles com o(a) reconhecido(a)?

4 – Publicamente se tratam por pai(mãe) e filho(filha)?

5 – Deseja ou opõe-se à adoção do sobrenome pelo(a) reconhecido(a)?

RECONHECIDO(A)

1 – Qual sua relação com a pessoa que deseja reconhecer paternidade?

2 – Desde quando tem esse relacionamento?

3 – Conhece seu(sua) pai(mãe) biológico(biológica)? Como é o seu relacionamento com ele(a)?

4 – Tem irmãos biológicos? E irmãos socioafetivos? Como é a convivência entre vocês?

5 – Perante os outros, vocês se tratam como pai(mãe) e filho(a)?

6 – Deseja ou opõe-se à adoção do sobrenome pelo(a) reconhecido(a)?

TESTEMUNHAS

1 – Desde quando conhece o(a) genitor(a) socioafetivo(a)?

2 – Desde quando conhece o reconhecido(a)?

3 – Qual o seu relacionamento com ambos?

4 – Publicamente se tratam por pai(mãe) e filho(filha)?

5 – O(A) reconhecido(a) mora com o(a) genitor(a) socioafetivo(a)? Se não, qual a frequência com que estes convivem?

Tribunal de Justiça
ASSINADO DIGITALMENTE
Estado do Paraná

## ARQUIVO DE TERMOS DE RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE FILHO PROVENIENTES DE OUTRAS SERVENTIAS
## (CN, art. 87, XII; e Provimento 16/2012 do CNJ)

**9.** Em uso o arquivo nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **9.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **9.2** Utiliza a pasta para arquivar os procedimentos de reconhecimento espontâneo de filho **provenientes de outras serventias**, em conformidade com o contido no **Provimento nº 16/2012**? | | | |
| **9.3** Nos atos analisados por amostragem constatou-se a correspondência entre os reconhecimentos recebidos de outras serventias e as averbações nos assentos de nascimento? | | | |
| **9.4** Observa igualmente o disposto no **Provimento 63/2017** quanto ao reconhecimento socioafetivo? | | Prejudicado | |
| **9.5** Consta fotocópia do documento de identificação do requerente | | Prejudicado | |
| **CONSTATAÇÕES E DETERMINAÇÕES** | | | |
| Sem atos para amostragem. | | | |

## ARQUIVO DE REQUERIMENTOS DE REGISTRO FORA DO PRAZO LEGAL
## (CN, art. 87, XVIII; e Provimento nº 28/2013 do CNJ)

**10.** Em uso o arquivo nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **10.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **10.2** O requerimento de registro observa as exigências do **art. 192 do CN**, inclusive quanto a assinatura de duas testemunhas e fotografia do registrando e, quando possível, sua impressão datiloscópica, obtidas por meio material ou informatizado, que ficarão arquivadas na Serventia para futura identificação, caso surja dúvida sobre a identidade do registrando? | | | |
| **10.3** Para os registros de pessoas que já tenham completado 12 anos observa o procedimento de entrevista previsto no **art. 197 do CN**? | | Sem atos para amostragem | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O

**Observar que, nos termos do contido no art. 189 do CN e no Provimento nº 28/2013 do Conselho Nacional de Justiça, o registro tardio de pessoas com mais de**

**12 anos possui procedimento próprio e deve ser efetuado com cautela, a fim de evitar duplicidade de registros de nascimento.**

## ARQUIVO DE DECLARAÇÕES (CN, art. 87, XVII)

**11.** Em uso o arquivo nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **11.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **11.2** Há correspondência entre os registros de nascimento, em que somente um dos genitores comparece e eles não são casados entre si, e as declarações colhidas? | | Prejudicado | |
| **11.3** Solicitada procuração por instrumento particular com reconhecimento de firma, ou procuração por instrumento público do genitor ausente para lavratura do registro de nascimento? | | Prejudicado | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O

a) O presente arquivo deve ser utilizado para arquivamento de declarações quando os genitores **não são casados e apenas um deles comparece à serventia**, munido

de procuração por instrumento particular com reconhecimento de firma por autenticidade ou de procuração por instrumento público (art. 182, I e II do CN);

b) Nos casos de genitor preso o reconhecimento de firma da declaração poderá ser suprido por declaração do delegado ou do diretor do presídio, que certificará que a assinatura do genitor foi lançado em sua presença, reconhecendo-a por semelhança;

c) Nos casos em que o registrando for pessoa incapaz deverá ser observado o contido no art. 214 do CN;

d) Para o analfabeto, o reconhecimento se dará, necessariamente, por instrumento público.

## AVERBAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE PRENOME E GÊNERO (CNJ, PROVIMENTO 73/2018)

**12.** Em uso o arquivo nº .

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **12.1** Observa a necessidade do cumprimento dos requisitos elencados no Provimento 73/2018, precipuamente da apresentação das certidões descritas no art. 4º, § 6º da supracitada normativa (certidão de nascimento, casamento, RG, ICN, passaporte, CPF, título eleitor, comprovante de endereço, certidões dos distribuidores, entre outros) mantendo-as de forma física ou digitalizada? | | | |
| **12.2** Observa ainda que, não obstante a falta de documento listado no art. 4º, § 8º do Provimento 73/2018 não obstar a alteração requerida, se houver suspeita ou dúvida do | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| registrador, este submeterá a questão ao juízo corregedor local? | | | |
| **12.3** Realiza a comunicação da alteração do assento aos órgãos expedidores do RG, ICN, CPF e passaporte, bem como Tribunal Regional Eleitoral (TRE), conforme art. 8º, do Provimento 73/2018? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **Deve ser realizada a abertura e registro do arquivo perante a Corregedoria Local. Regularizar.** | | | |

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTO (CN, art. 87, IV)

**13.** Em uso o livro nº **021**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **13.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **12.2** Consta no assento número de ordem crescente, seguindo ao infinito, de forma cronológica com suas declarações, apresentando o número do protocolo geral, conforme **art. 94 do CN?** | | | |
| **13.3** As testemunhas do ato estão devidamente identificadas (nome, a profissão, a residência e a nacionalidade), conforme **art. 269, IV do CN**? | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **13.4** As custas referentes aos atos estão lançadas em reais e VRC, com valores adequados ao da **Tabela XII (na Serventia: 1.500 VRC, R$289,50; ou fora da Serventia: 2.000 VRC, R$386,00, excluída a despesa com a condução, a cargo do interessado)**? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO (CN, arts. 280-290)

**14.** Assento nº .

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **14.1** Os conviventes são domiciliados no âmbito territorial da Serventia, conforme art. 280 do CN? | | Prejudicado | |
| **14.2** Consta no assento número de ordem crescente, seguindo ao infinito, de forma cronológica com suas declarações, apresentando o número do protocolo geral, conforme **art. 94 do CN?** | | Prejudicado | |
| **14.3** O requerimento apresentado pelos conviventes possui: declaração de que mantêm união estável, que possuem ciência dos efeitos da declaração e que não estão impedidos ao casamento **(art. 282 do CN)**? | | Prejudicado | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **14.4** O requerimento foi autuado como habilitação para casamento e seguiu o tramite estabelecido para aquela **(art. 283 do CN)**? | | Prejudicado | |
| **14.5** O edital informa expressamente que se trata de conversão de união estável em casamento, conforme o **art. 284 do CN**? | | Prejudicado | |
| **14.6** A lavratura do assento foi realizada no livro B, prescindindo-se de qualquer solenidade, sendo inutilizados os campos para assinatura da autoridade celebrante, nubentes e das testemunhas? Consta ainda expressamente que se trata de conversão de união estável em casamento (**art. 287 do CN)**? | | Prejudicado | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **Não há atos para amostragem.** | | | |

## HABILITAÇÕES DE CASAMENTO
## (CN, art. 238)

**15.** Verificadas por **AMOSTRAGEM:**

Habilitação nº **4.041;**

Habilitação nº **4.043.**

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **15.1** Consta nos autos de habilitação o período de afixação do edital de proclamas? | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **15.2** Observa que a falta de partilha de bens da comunhão anterior para o divorciado, **impõe** como obrigatório o regime da separação de bens para as segundas núpcias (**artigos 1.641, inciso I e 1.523, inciso I do Código Civil**)? | | | |
| **15.3** Observa, ainda, que não se exigirá inventário negativo para habilitação requerida por viúvo, o qual será substituído por declaração de inexistência de bens, mediante manifestação escrita, neste caso não será obrigatória a adoção do regime de separação de bens, nos termos do **art. 251 do CN**? | | | |
| **15.4** Arquivam os comprovantes de residência de pelo menos um dos nubentes, conforme **art. 238, III do CN**, a fim de comprovar a observância do princípio da territorialidade **(artigo 67 da Lei 6.015/73)**? | | | |
| **15.5** Certifica na habilitação o envio do comunicado ou averbação do casamento? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

a) Observar o disposto no art. 255 e § único do CN, que trata da habilitação de casamento de pessoas do mesmo sexo;

b) A anuência para o casamento do incapaz deve ser firmada por ambos os pais. A ausência ou a impossibilidade de um deles anuir ao requerimento deve estar devidamente justificada;

c) Observar que se o contraente for analfabeto, o pedido será firmado a rogo, colhida a impressão digital, com duas testemunhas, constando da certidão de habilitação a circunstância, nos termos do art. 240 do CN;

d) Observar que nos termos do art. 253 do CN o pedido de habilitação somente será submetido ao juiz nos casos de impugnação do Oficial, do Ministério Público ou de terceiro;

As habilitações que tratem de conversão de união estável em casamento seguem as disposições da Seção 09, do Capítulo 02 do CN, inclusive assim fazendo constar no respectivo edital de proclamas, nos termos do art. 284 do referido diploma legal.

## LIVRO DE REGISTRO DE PROCLAMAS (CN, art. 87, VIII)

**16.** Em uso o livro nº **019**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **16.1** O edital é afixado no átrio do Ofício? | | | |
| **16.2** O edital é publicado em Imprensa Oficial? | | Não se aplica | |
| **16.3** Cumpre os requisitos exigidos para o edital (época de publicação e documentos apresentados) e nele certifica o | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| envio de cópia para afixação no domicílio do contraente, nos termos dos **arts. 257 e 258 do CN**? | | | |
| **16.4** Certifica o decurso do prazo sem apresentação de impedimento ou impugnação? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## ARQUIVO DE COMUNICADOS DE CASAMENTO
## (CN, art. 88, II)

**17.** Em uso o arquivo nº **012**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **17.1** Em análise por amostragem verificou-se a correlação entre os casamentos realizados e os comunicados encaminhados às serventias dos assentos de nascimento dos contraentes, nos termos do **art. 261 do CN**? | | | |
| **17.2** Encaminha os comunicados para o Estado do Paraná através do *sistema mensageiro,* conforme **art. 261 do CN**? | | | |
| **17.3** Anexa o comprovante de remessa postal nos comunicados encaminhados para outra unidade da federação, nos termos do **art. 261, parte final, do CN**? | | | |
| **17.4** Os casamentos de estrangeiro são comunicados aos respectivos consulados, conforme contido no **art. 263 do CN**? | | Sem atos para amostragem | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |

| | |
|---|---|
| **17.2 – Encaminha via CRC.** | |

**ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO**

Observar que o casamento celebrado em comarca diferente daquela da habilitação será comunicado ao Ofício da habilitação, com elementos necessários para as anotações nos respectivos autos, nos termos do art. 264 do CN.

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTO RELIGIOSO PARA EFEITOS CIVIS (CN, art. 87, V)

**18.** Em uso o Livro nº **004**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **18.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **18.2** Consta o número do registro no Livro Protocolo, conforme **art. 94 do CN**? | | Prejudicado | |
| **18.3** O termo assinado na Igreja é arquivado nos autos de habilitação? | | Prejudicado | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **Não há atos para amostragem.** | | | |

## LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO (CN, art. 87, VI)

**19.** Em uso o Livro nº **021**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **19.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **19.2** Consta o número do registro no Livro Protocolo, conforme **art. 94 do CN**? | | | |
| **19.3** Observa os requisitos do **art. 295 do CN** para lavrar o assento de óbito (hora, data e local do falecimento, qualificação complete, nome do cônjuge ou companheiro sobrevivente, eleitor, nome, prenome, profissão, naturalidade e residência, se deixou filhos, nome e idade de cada um, causa morte, lugar do sepultamento, se deixou bens e herdeiros menores, número da DO)? | | | |
| **19.4** O prazo para lavratura do assento **(24 horas)**, previsto no **artigo 77 da Lei 6.015/73**, é obedecido? | Em termos | | |
| **19.5** Consigna no corpo do ato a isenção de emolumentos para os registros de óbitos, assim como a primeira certidão destes atos, em conformidade com o **artigo 103 do CN**? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **19.4 – Os sepultamentos são realizados sem a lavratura do assento de óbito, devendo o Juiz Corregedor local expedir ofício às funerárias para que não realizem o sepultamento sem a emissão da certidão de óbito.** | | | |

## LIVRO DE REGISTRO DE NATIMORTO

| (CN, art. 87, VII) |
|---|

**20.** Em uso o Livro nº **CA-02**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **20.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **20.2** Consta o número do registro no Livro Protocolo, conforme **art. 94 do CN**? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **No assento de natimorto sob nº 173 não consta o número da Declaração de óbito. Verificou-se que a respectiva D.O. encontra-se arquivada na Serventia. Regularizar e observar doravante.** | | | |

| ARQUIVO DE DECLARAÇÃO DE ÓBITO<br>(CN, art. 87, XV) |
|---|

**21.** Em uso o arquivo nº **09**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **21.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **21.2** As Declarações de Óbito estão sendo arquivadas na ordem dos registros de óbito, nos termos do **art. 292 do CN**? | | | |
| **21.3** A serventia observa que o registro de óbito e de natimorto está sujeito ao local das respectivas ocorrências ou | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| o lugar de residência do *de cujus* **(Ofício Circular nº 28/2018 - CGJ e art. 77 da Lei 6.015/1073, alterada pela Lei 13.484/2017)**? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Na hipótese de omissão, rasura ou falta de clareza dos dados anotados na Declaração, **não** superada pela consulta formal e imediata ao responsável pelo seu preenchimento, deverá o senhor Registrador realizar o registro, se assim possível, e para as providências que reputar cabíveis comunicar o ocorrido ao doutor Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial.

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÕES DE ÓBITO PARA OUTRAS SERVENTIAS (CN, art. 88, III)

**22.** Em uso o arquivo nº **005**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **22.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **22.2** Em análise por amostragem verificou-se a correlação entre os óbitos e os comunicados encaminhados? | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **22.3** Encaminha os comunicados para o Estado do Paraná através do *sistema mensageiro*? | | | |
| **22.4** Anexa o comprovante de remessa postal nos comunicados encaminhados para outra unidade da federação? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **22.4 – Encaminha via CRC.** | | | |

## ARQUIVO DE COMUNICADOS

**23. IBGE (CN, art. 88, I):**

Em uso a pasta nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **23.1** Os comunicados são encaminhados trimestralmente? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**24. SIRC - INSS E RECEITA FEDERAL (CN, art. 88, IV e art. 301, I):**

Em uso a pasta nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **24.1** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | | |
| **24.2** Todos os comunicados do período sob correição estão arquivados? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |

| | |
|---|---|
| **Constatou-se que a comunicação mais antiga foi realizada em 17/09/2018. Regularizar doravante.** | |

**25.JUNTA DO SERVIÇO MILITAR (CN, art. 88, V e art. 301, II):**

Em uso a pasta nº **002**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **25.1** Apresentou a certidão de regularidade dos comunicados? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **A última certidão tem data de 25/05/2018 (fls. 27). Nesse caso, deve ser apresentada certidão atualizada ao Juiz Corregedor Local.** | | | |

**26. JUSTIÇA ELEITORAL (CN, art. 88, VI e art. 301, III):**

Em uso a pasta nº **002**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **26.1** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **Verificada à inexistência de comunicação nos meses de 12/2017 a 02/2018.** | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Observar que deverá efetuar os comunicados de pessoas maiores de 16 anos de idade, independentemente da condição de eleitor.

**27. INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ (CN, art. 88, VII e art. 301, V):**

Em uso a pasta nº **002**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **27.1** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **Verificada à inexistência de comunicação no mês de setembro de 2018.** | | | |

**28. POLÍCIA FEDERAL (CN, art. 88, VIII e art. 301, IV):**

Em uso a pasta nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **28.1** Verificou-se correlação entre os comunicados de óbito de estrangeiros? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**29. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CN, art. 88, XII e art. 301, VI):**

Em uso a pasta nº **002**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **29.1** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | | |
| **29.2** Apresentou a certidão de regularidade dos comunicados? | | | |

| CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES | |
|---|---|
| **A última certidão data de 25/05/2018 (fls. 110). Nesse caso, deve ser apresentada certidão atualizada ao Juiz Corregedor Local.** | |

**30. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO QUE TENHA EMITIDO A CÉDULA DE IDENTIDADE (LEI 6.015/73, Art. 80, parágrafo único):**

Em uso a pasta nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A. |
|---|---|---|---|
| **30.1** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **Verificada à inexistência de comunicações nos meses de setembro e outubro de 2018. Justificar e regularizar.** | | | |

**31.COMUNICAÇÕES PROVENIENTES DE OUTRAS SERVENTIAS (CN, art. 88, XI):**

Em uso a pasta nº **010**.

| | SIM | NÃO | C.A. |
|---|---|---|---|
| **31.1** A serventia certifica a prática do ato no comunicado? | | | |
| **31.2** Nos atos analisados por amostragem, constatou-se regularidade nas averbações? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |

| | |
|---|---|
| **Verificado na amostragem o livro nº 03, de Registro de Nascimento, fls. 85, nº 1140, no qual contém averbação de casamento efetuado na serventia de Ouro Verde.** | |

## ARQUIVO DE MANDADOS JUDICIAIS (CN, art. 87, XVI)

**32.** Em uso o arquivo nº **017**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **32.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **32.2** Os mandados estão arquivados na sua forma original? | | | |
| **32.3** Certifica a data de recebimento e de cumprimento? | | | |
| **32.4** Comunica ao Juízo, através do *sistema mensageiro* (**art. 13 do CN**), o cumprimento da ordem judicial? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **32.3 – Constatou-se a ausência de certificação do recebimento e de cumprimento do mandado judicial. Regularizar doravante.**<br>**32.4 – Não realiza o comunica ao Juízo, através do Sistema Mensageiro. Regularizar doravante.** | | | |

## LIVRO E (CN, art. 87, IX)

**33.** Em uso o livro nº **004**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **33.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **33.2** Utiliza o Livro para inscrever as emancipações, interdições, ausências, tutelas e curatelas, contrato ou escritura de união estável, além de traslados ou registros de nascimento, casamento e óbitos de brasileiros ocorridos no estrangeiro? | | | |
| **33.3** As custas referentes aos atos estão lançadas em reais e VRC, com valores adequados ao da **Tabela XII (emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação: 150,00 VRC, R$ 28,95; inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação 170,00 VRC, R$ 32,81)**? | Em termos | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **33.3 – Constatou-se que nos traslados de casamento estrangeiro tem sido cobrado 1.500,00 VRC´s, todavia o montante correto pela lavratura do ato é 150,00 (cento e cinquenta) VRC's. Assim, deverá o Agente Delegado realizar o levantamento de todos traslados de casamento lavrados durante o período correicionado, a fim de restituir os valores pagos a maior aos usuários e regularizar doravante.** | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

a. Observar que os instrumentos recebidos para averbação à margem de registros lavrados neste Serviço não necessitam (e não devem) ser (também) inscritos no Livro E da serventia;

b. Lembrar que a teor do disposto no Provimento nº 226/2012, não há necessidade de efetuar as inscrições no Livro E das sentenças de divórcio e separação;

Para a trasladação de atos praticados no estrangeiro deverá atentar quando ao disposto na Resolução nº 155/2012 do Conselho Nacional de Justiça e na Seção 12 do CN.

## ARQUIVO DE COMUNICADOS – LIVRO E (CN, art. 88, IX)

**34.** Em uso a pasta nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **34.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

## ESTATÍSTICAS

Constatada divergência entre o número de notas protocoladas com o número de notas registradas no Ofício Distribuidor.

| ANO | Dados do serviço (RTD + PJ) | Dados do Distribuidor |
|---|---|---|
| **2016** | **191** | **159** |
| **2017** | 166 | 165 |
| **2018** | 163 | 160 |
| **2019** | 37 | 35 |
| **Total** | **557** | **519** |

Adotar junto ao Ofício Distribuidor medidas a fim de que as informações acima sejam as mais precisas possíveis.

## RELATÓRIO DE RECEITAS DO FUNREJUS

Encaminhar ao Conselho Supervisor do FUNREJUS o relatório de Receitas do Fundo, totalizando por ano a quantidade de guias utilizadas pelo Serviço, conforme modelo constante do Anexo C-05 do Código de Normas.

## REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

### LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS
### (CN, art. 19 e Ofício Circular n. 164/2013)

**35** Utilizado também para o Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas.

| LIVRO PROTOCOLO A<br>(CN, art. 436, inciso II) |
|---|

**36.** Em uso o livro nº **004**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **36.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **36.2** As folhas do livro estão numeradas e rubricadas? | | | |
| **36.3** Utiliza o Livro também para o Registro Civil de Pessoas Jurídicas? | | | |
| **36.4** O Livro contém encerramento diário com indicação do número de atos protocolados (**art. 448 do CN**)? | | | |
| **36.5** O Livro contém as especificações e divisões em colunas exigidas pelo **art. 437, I do CN**? | | | |
| **36.6** A numeração dos atos é sequencial ao infinito (**art. 437, §2º do CN**)? | | | |
| **36.7** Nas notificações está consignado o nome de todas as partes integrantes do ato praticado? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

| LIVRO REGISTRO INTEGRAL B<br>(CN, art. 436, inciso III) |
|---|

**37.** Em uso o livro nº **047**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **37.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **37.2** As folhas do livro estão numeradas e rubricadas? | | | |
| **37.3** A formação do Livro Integral observa o disposto no **art. 438 do CN**? | | | |
| **37.4** Nos registros de documentos que envolvam alienações de imóveis, celebradas por instrumento particular, consigna no documento a expressão "EMITIDA A DOI", conforme previsão **do art. 454 do CN**?<br><br>**Analisados por amostragem os Registros n.º 004191:** | | | |
| **37.5** Consigna os emolumentos em reais e VRC (**Tabela XIV**) e os valores correspondentes ao selo (**R$1,17**), FUNREJUS (**R$8,08**)e Distribuidor? | | | |
| **37.6** Nos registros das notificações extrajudiciais faz expressa e discriminada menção aos emolumentos cobrados, inclusive, quanto às despesas de condução para as notificações previstas na **Tabela XIV, item III, letras a e b (Registro e entrega de notificações, inclusive a certidão à margem do registro e no documento R$ 57,90 – VRC 300,00; Perímetro urbano R$ 15,44 – VRC 80,00 e no perímetro rural ou em local distante a mais de 10 quilômetros R$ 28,95 – VRC 150,00)**? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |

| | |
|---|---|

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**Lembrar que, compete ao registrador informar as partes que a teor do disposto no Provimento nº 27, de 12.12.2012, do CNJ, é facultativo o registro de contrato de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículo.**

**O agente delegado deverá orientar as partes que após o registro no Serviço de Títulos e Documentos dos contratos de arrendamento de imóvel rural celebrados por: I. pessoa física estrangeira residente no Brasil; II. pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil; III. pessoa jurídica brasileira da qual participe, a qualquer título, pessoa estrangeira física ou jurídica que resida ou tenha sede no exterior e possua a maioria do capital social (artigo 1º do Provimento nº 43-CNJ, de 17.04.2015), deverão ser inscritos no Livro de Registro de Aquisições de Imóveis Rurais por Estrangeiros a cargo do Serviço de Registro de Imóveis – artigo 3º do Provimento nº 43-CNJ, de 17.04.2015.**

## LIVRO REGISTRO RESUMIDO C
## (CN, art. 436, inciso IV)

**38.** Em uso o livro informatizado.

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**Conforme previsão legal do parágrafo 1º do artigo 436 do Código de Normas, esse livro é dispensado para as serventias que utilizarem sistema informatizado.**

| LIVRO AUXILIAR<br>(CN, art. 436, inciso VI) |
|---|

**39.** Em uso o livro nº **B-46**.

| LIVRO INDICADOR PESSOAL D<br>(CN, art. 436, inciso V) |
|---|

**40.** Em uso o livro nº .

**40.1** Utiliza sistema**:**

Fichas ( )

Informatizado – art. 436, §2º do CN (X)

**40.2** Acionando-se o sistema, por amostragem, constatou-se a**:**

Regularidade ( )

Irregularidade ( X )

**Obs.: O livro de Indicador Pessoal D não vem sendo atualizado com as informações dos usuários. Regularizar doravante.**

| O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O |
|---|

**Lembrar que a teor do que dispõe o artigo 138 da Lei de Registros Públicos, no indicador pessoal serão anotados os nomes *"de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro..."*.**

## ARQUIVO DE REQUERIMENTOS
## (CN, art. 436, inciso VII)

**41.** Em uso o arquivo nº **010**.

## O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O

**Lembrar que esta pasta-arquivo se destina exclusivamente a arquivar os requerimentos que são formulados por escrito pelo apresentante do título para que se promova a notificação mediante envio de carta registrada, com aviso de recebimento, conforme a orientação contida no art. 467 do CN.**

## ARQUIVO DE GUIAS DO FUNREJUS
## (CN, art. 436, inciso VIII)

**42.** Em uso o arquivo nº **004**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **42.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **42.2** As folhas do livro estão numeradas e rubricadas? | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **42.3** Nas guias há referência ao número dos protocolos ou dos intervalos (como por exemplo: protocolos nº 01 a 05) com indicação também ao número de atos? | | | |
| **42.4** Os recolhimentos devidos ao FUNREJUS são efetuados no dia do protocolo ou no dia útil imediato, nos termos do **art. 15 do Decreto Judiciário nº 153/1999**?<br><br>**Analisadas por amostragem as guias de recolhimentos, com os respectivos pagamentos, efetuados no período de: fevereiro a março/2019, constatando-se a regularidade.** | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## ARQUIVO DE COMUNICADOS DA DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS - DOI
## (CN, art. 436, inciso IX)

**43.** Em uso o arquivo nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **43.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **43.2** As folhas do livro estão numeradas e rubricadas? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

**Por força do artigo 1º, parágrafo 2º da Instrução Normativa RFB n. 1036/2010 (que alterou a congênere n. 969/2009-RFB), "a assinatura digital efetivada mediante utilização de certificado digital válido" para a remessa das declarações de operações imobiliárias (DOI) pelos agentes delegados dos Tabelionados de Notas, Serviços de Registro de Imóveis ou de Registro de Títulos e Documentos é obrigatória em relação aos "fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 2011".**

## ARQUIVO DE COMUNICADOS AO DISTRIBUIDOR
## (CN, art. 436, inciso X)

**44.** Em uso o arquivo nº **004**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **44.1** As comunicações são encaminhadas, através do *sistema mensageiro*, a cada período de 10 dias, mediante relação (**art. 455 do CN**)? | | | |
| **44.2** Os selos de autenticidade do Ofício Distribuidor são afixados na relação encaminhada por ele? | | | |
| **44.3** Os recolhimentos ao FUNJUS, nos termos do Decreto Judiciário nº 744/2009, vem sendo efetivados? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Quanto ao Livro de Receitas e Despesas vale o consignado na parte referente ao Registro de Títulos e Documentos.

## LIVRO PROTOCOLO

**46.** Utiliza em comum com o Registro de Títulos e Documentos.

## LIVRO A
## (CN, art. 380, inciso III)

**47.** Em uso o livro nº **014**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **47.1** Consta no ato registrado a referência ao número e data do protocolo, nos termos do **art. 387 do CN**? | | | |
| **47.2** Consta no ato os valores: das custas em reais e VRC (Tabela XIV), do selo do FUNARPEN e do devido ao FUNREJUS (0,2%)? | | | |
| **47.3** Para o registro dos atos constitutivos e estatutos de pessoas jurídicas e suas alterações, excetuadas as microempresas e empresas de pequeno porte, o Registrador observa a | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| necessidade do visto do advogado em conformidade com o previsto no **art. 397 do CN**? | | | |
| **47.4** À margem dos respectivos registros estão sendo averbadas as ocorrências de alteração, com anotação do número, livro e folhas do ato originário (**art. 408 do CN**)? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**Nos casos de averbação de alterações contratuais ou estatutárias, observar as exigências constantes do art. 408 do CN.**

***"Art. 408. Para averbação de alterações contratuais ou estatutárias, exigir-se-á requerimento apresentado pelo representante legal da sociedade, acompanhado de fotocópia autenticada do CNPJ, dos documentos comprobatórios das alterações e cópia da ata ou alteração contratual, com assinatura em todas as folhas.***

***Parágrafo único. Para averbação de atas de eleição, posse ou substituição de administradores, é necessário constar a qualificação completa dos eleitos".***

## ARQUIVO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO – CND
## (CN, art. 408, II)

As certidões negativas são mantidas com os requerimentos que instrui.

## LIVRO DE MATRÍCULA B – Registro de Jornais e Congêneres

**(CN, art. 380, inciso IV)**

**48.** Em uso o livro nº **B-01**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **48.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **48.2** As folhas estão numeradas e rubricadas? | | | |
| **48.3** O registrador tem conhecimento do funcionamento de Rádio ou Jornal já em circulação e sem registro neste Livro? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| **Deverá ser realizado o encerramento do Livro manuscrito, com a abertura e registro de novo livro informatizado perante a Corregedoria Local.** | | | |

**ARQUIVO DE CÓPIAS DA DEVOLUÇÃO DE EXIGÊNCIAS**
**(CN, art. 380, inciso V)**

**49.** Em uso o arquivo nº **001**.

| | SIM | NÃO | C.A |
|---|---|---|---|
| **49.1** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas? | | | |
| **49.2** As folhas estão numeradas e rubricadas? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO AO DISTRIBUIDOR
## (CN, art. 380, VI e 392)

**50.** Utiliza em comum com o Registro de Títulos e Documentos.

## ARQUIVO DE GUIAS DO FUNREJUS
## (CN, art. 380, VII)

**51.** Utiliza em comum com o Registro de Títulos e Documentos.

## IMAGENS DA SERVENTIA

Tabelionato de Notas
e Protesto
Viviane Ferreira de Souza
Serviço de Registro Civil das
Pessoas Naturais
Serviço de Registro de Títulos
e Documentos e Pessoas
Jurídicas

Escrituras em Geral
Compra e Venda, Doação, União Estável, Divórcio
Emancipação, Usucapião.
Inventários e Partilhas
Procurações
Testamentos
Reconhecimento de Firmas
Atas Notariais

Tabelionato de Notas
Tabelionato de Protesto
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil

REGISTRO CIVIL, TÍTULOS
E DOCUMENTOS

## DISPOSIÇÕES FINAIS

## AO (À) AGENTE DELEGADO (A)

**1.** Realizar todas as regularizações determinadas e apresentar os documentos referidos na ata correcional.

**2.** Concedem-se **30 (trinta) dias,** improrrogáveis, para a efetiva revisão e regularização do que apontado neste relatório, com apresentação de certidão de regularidade item a item ao Dr. Juiz Corregedor para que proceda à conferência do cumprimento de todas as determinações contidas nesta Ata.

Ressalte-se que eventuais prorrogações do prazo deverão ser requeridas, motivadamente, e autorizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça.

## JUIZ CORREGEDOR DA COMARCA

**1.** Proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correcional;

**2.** Em **sessenta (60) dias**, improrrogáveis, anexar ao presente SEI, relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas, juntamente com a certidão de regularidade, item a item, emitida pelo Sr. Agente Delegado.

Ressalte-se que eventuais prorrogações do prazo deverão ser requeridas, motivadamente, e autorizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça.

## CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

**1**. À Unidade GCJ-GJACJ-AC-IC para as providências necessárias.

**2**. Após, encaminhe-se à Divisão de Cadastro para atualizar os dados cadastrais das serventias.

## CONCLUSÃO

Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor Juiz de Direito Corregedor da Comarca.

*(assinado digitalmente)*

Des. Luiz Cezar Nicolau, Corregedor-Geral da Justiça